

FIELD MANUAL (FM) 3-0 OPERATIONS

A NOVA EDIÇÃO DO MANUAL DE OPERAÇÕES DO EXÉRCITO DOS EUA

Coronel Danilo Mota Alencar

O Coronel de Infantaria Danilo é o Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas (CAC) do Exército dos Estados Unidos da América (EEUA), sediado no *Fort Leavenworth*, Kansas, e também assessor da Edição Brasileira da *Military Review*. Foi declarado aspirante a oficial em 1989 pela Academia Militar das Agulhas Negras. Dentre os cursos realizados no Exército, possui os de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Comando e Estado-Maior, de Operações na Selva e Avançado de Inteligência. É pós-graduado em Diplomacia Militar pela Escola Superior de Guerra. Possui o Curso Avançado de Aviação do EEUA. Comandou a 1ª Companhia de Infantaria, Paulo Afonso- BA, e o Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva, Rio Branco-AC (oligcac@gmail.com) (danilo_mota@hotmail.com).



O Exército dos Estados Unidos da América (EEUA) vem passando por um processo de revisão doutrinária. Tal processo teve início em 2011 e foi motivado pela percepção de mudanças significativas tanto no ambiente operacional global quanto na forma de atuação das principais ameaças à segurança nacional dos Estados Unidos da América (EUA). Em seu bojo aconteceu uma profunda revisão no Manual de Campanha (*Field Manual-FM*) 3-0 *Operations*. Essa publicação doutrinária descreve a maneira de combater das forças terrestres norte-americanas, ou seja, a forma de conduzir operações de combate, particularmente, contra um adversário regionalmente equiparado em poder de combate aos EUA.

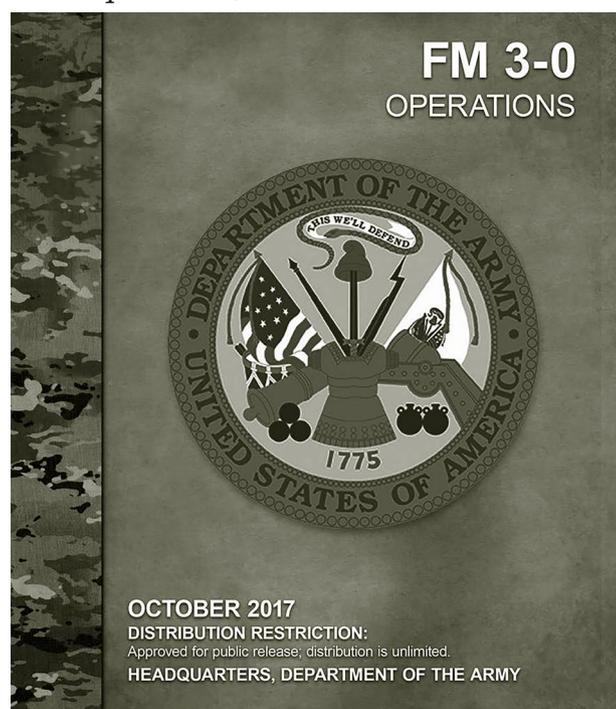
O sistema de formulação de doutrina no EEUA é conduzido pelo Comando de Treinamento e Doutrina (*Training and Doctrine Command-TRADOC*) por meio de seus comandos subordinados, como o Centro de Armas Combinadas (*Combined Arms Center-CAC*) que enquadra os centros de excelência das armas,

quadros e serviços e a Diretoria de Doutrina de Armas Combinadas (*US Army's Combined Arms Doctrine Directorate - CADD*). Os centros de excelência possuem departamentos de doutrina que fazem a validação das doutrinas em vigor, propõem modificações e conduzem experimentações. O *CADD* coordena esses departamentos; padroniza termos, formatos e processos de desenvolvimento da doutrina; controla os prazos; e consolida os trabalhos finais para a edição, produção e distribuição nos diversos meios (*web 2.0*, *e-books*, DVD e manuais impressos). Antes da aprovação final da nova doutrina pelo Comando do Exército, ela passa por um período de avaliação e crítica nos diversos setores do EEUA.

A publicação *Army Doctrine Publications (ADP) 1-01 Doctrine Primer* estabelece que “a doutrina é dinâmica e muda com base em lições aprendidas nas operações e exercícios correntes, adaptações ao inimigo e mudanças na estrutura da Força, na tecnologia e nos valores sociais”. Historicamente, o tempo médio em que um conjunto doutrinário do EEUA tem permanecido em vigor é de cinco anos. Ainda conforme o *ADP 1-01*, de maneira geral, depois de concluída uma nova versão da doutrina, leva-se de um a três anos para que ela seja compreendida por todos os escalões da Força. Demora, ainda, mais dois anos, perfazendo um total de cinco anos, para que ela seja completamente incorporada à cultura da Força. Assim, muitas vezes ocorre uma mudança doutrinária antes mesmo que a doutrina anterior tenha sido posta em prática, efetivamente, por todos os elementos que precisam executá-la, ou seja, para que a doutrina contribua com os resultados dos combates travados por aquela Força. Por esse motivo, o *ADP 1-01* estabelece que as

alterações no acervo doutrinário de uma Força, provocadas por mudanças na forma de lutar das ameaças, devem ser obrigatórias e imediatas. As alterações provocadas por outros fatores (lições aprendidas, experimentações em tempo de paz, bem como mudanças na estrutura, tecnologia e valores sociais) são opcionais. Tais alterações devem ser oportunas, permitir um tempo mínimo de amadurecimento e favorecer a incorporação à cultura do EEUA.

O atual processo de revisão doutrinária foi instituído em 2011, com a designação oficial de “Projeto Doutrina 2015” e preconiza uma mudança nos tipos de publicações doutrinárias e, principalmente, no conteúdo doutrinário de cada publicação. Esse trabalho é semelhante ao processo realizado no Exército Brasileiro, no período de 2013 a 2014. Em 2015, foram entregues os manuais básicos para a formulação e atualização de todos os outros documentos doutrinários. O processo continua e a recente aprovação e distribuição do atual FM 3-0 possibilita a atualização dos manuais correlacionados e os ajustes necessários aos currículos escolares e aos programas de adestramento, para a implantação definitiva do novo conceito operativo do EEUA, “Operações Terrestres Unificadas” (*Unified Land Operations*).



HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA DOUTRINA DE OPERAÇÕES

No final da década de 1970, para fazer frente às forças do Pacto de Varsóvia, um inimigo numericamente superior, o Exército e a Força Aérea dos EUA desenvolveram a doutrina do “Combate Ar-Terra” (*Airland Battle*). Nesse contexto, as tropas norte-americanas enfrentavam um inimigo de poder de combate similar ou superior. Oficialmente introduzida em 1982, essa doutrina baseava-se em dois conceitos principais: o combate integrado, em que todos os meios disponíveis ao comandante seriam empregados para derrotar o inimigo; e o campo de batalha estendido, que proporcionou profundidade ao campo de batalha, determinando que o comandante devesse focar sua busca de alvos além dos limites de sua artilharia e tentar destruir a capacidade de combate do inimigo muito além da linha de contato entre as tropas no terreno.

O fim da Guerra Fria promoveu a ideia de que o combate contra um inimigo de poder de conflito equivalente não mais ocorreria. No entanto, o sucesso extraordinário obtido por tropas americanas e aliadas, no *Kuwait*, na década de 1990, proporcionou uma sobrevida à doutrina *Airland Battle*. Essa situação se repetiu nas campanhas de 2002 e 2003 (Afeganistão e Iraque). Porém, a incapacidade de, após uma vitória militar inequívoca, proporcionar estabilidade política aos países “liberados” e de controlar os movimentos insurgentes que eclodiram após o término da campanha militar, alertou para uma necessidade de realização de ajustes na maneira de lutar. O inimigo e o ambiente operacional tinham mudado, provocando uma modificação da doutrina. Passou a organizar-se para combater não mais um inimigo de poder de combate equiparado, mas sim forças de insurgência e organizações terroristas.

A doutrina de então introduziu as seguintes mudanças: fez surgir termos como “operações de estabilização”; estabeleceu uma redução do efetivo das forças empregadas; descentralizou os meios; fortaleceu o emprego das grandes unidades nível brigada; ressaltou

a importância das operações multinacionais e interagências; adaptou o combate para o meio urbano com a presença maciça de civis; e buscou enfrentar a ameaça fluida representada por células terroristas e forças irregulares, que não se prendiam às leis da guerra e empregavam meios não militares no combate. Essa foi a forma de combater empregada pelo EEUA, nos últimos dez anos.

Ocorreu, porém, nova mudança no ambiente operacional global. O inimigo adaptou-se ao modo americano de combater, buscou formas de sobrepor a superioridade tecnológica e passou a agir em domínios inovadores, em brechas que os EUA não exerciam a supremacia de poder. Além disso, surgiram ameaças, tais como a Rússia, a China, o Irã e a Coreia do Norte, que passaram a ser consideradas como inimigos de poder de combate regionalmente equiparado ao dos EUA. Esses países podem valer-se de suas capacidades para sustentar as operações em locais próximos aos seus territórios. Em contraste, os EUA têm necessidade de deslocar e manter meios e efetivos a longas distâncias de suas bases territoriais e precisam contar com a colaboração de aliados que autorizem a instalação de bases e o uso de seus territórios para as operações planejadas. Tais mudanças na forma de atuação das ameaças implicam em mudanças obrigatórias e imediatas na doutrina.

NOVO CONCEITO OPERATIVO – OPERAÇÕES TERRESTRES UNIFICADAS

O novo conceito operativo do EEUA, Operações Terrestres Unificadas (*Unified Land operations*), aplica-se também a um futuro incerto.

O EEUA precisará preparar-se para conduzir Operações no Amplo Espectro (*Full Spectrum Operations*), simultaneamente, integrando suas ações com as demais forças singulares (navais e aéreas), organizações civis governamentais e não governamentais e parceiros multinacionais. Tudo isso como parte de um grande esforço multidimensional para solução de conflitos armados e crises humanitárias, que poderão apresentar-se isoladamente ou em conjunto.

O conceito das *Unified Land operations* é a evolução natural dos anteriores, como o reconhecimento das três dimensões do campo de batalha (*Airland Battle*) e a percepção da necessidade de conduzir, simultaneamente, uma mescla de operações ofensivas, operações defensivas, operações de estabilização e apoio a órgãos civis (*Full Spectrum Operations*).

A ideia central é a busca pela conquista, manutenção e exploração da iniciativa, com a finalidade de obter e manter uma posição de relativa vantagem sobre o adversário, por meio de operações terrestres continuadas.

Essa é a contribuição da Força Terrestre à doutrina de emprego conjunto do departamento de Defesa dos EUA denominada Ação Unificada (*Unified Action*).

Esse conceito operacional incorpora à doutrina militar terrestre (DMT) o pensamento de que a arte operacional é a conexão entre os objetivos estratégicos e as ações táticas. Tal conceito considera a “ameaça híbrida” de uma força adversa composta por tropas militares regulares e irregulares, facções criminosas, grupos terroristas e movimentos sociais que possuem propósitos comuns, contrários aos objetivos da força militar empregada.

A publicação *Army Doctrine Publications (ADP) 1-01 Doctrine Primer* estabelece que “a doutrina é dinâmica e muda com base em lições aprendidas nas operações e exercícios correntes, adaptações ao inimigo e mudanças na estrutura da Força, na tecnologia e nos valores sociais”.

No processo militar de tomada de decisão, ao lado das já consagradas variáveis da missão (missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo e aspectos civis), surgem as variáveis operacionais (política, forças militares, economia, aspectos sociais, informações, infraestrutura, ambiente operacional e tempo).

Esse novo conceito está formalizado nos manuais doutrinários *Army Doctrine Publication 3-0 (ADP 3-0)* e *Army Doctrine Reference Publication 3-0 (ADRP 3-0)* e deve permear toda a DMT norte-americana, o sistema de ensino militar e os programas de desenvolvimento de liderança do EEUA.

FIELD MANUAL 3-0 – ARMY OPERATIONS - INOVAÇÕES

O manual traz um retorno ao foco em operações de combate de larga escala, contrapondo-se à doutrina de contrainsurgência, anteriormente vigente. Com essa visão, aborda principalmente os escalões acima da brigada, bem como faz ressurgir capacidades que tinham sido atrofiadas nas campanhas da guerra contra o terrorismo, como a artilharia divisionária.

Essa publicação descreve táticas para enfrentar os supramencionados adversários com poder de combate regionalmente equiparados, referindo-se à Rússia, à China, ao Irã e à Coreia do Norte. Dentro do conceito regional, chega a admitir que, em alguns domínios do campo de batalha e em determinadas regiões do mundo, esses adversários podem ser superiores às forças dos EUA. O manual também considera que o inimigo empregará capacidades híbridas, misturando forças militares regulares e outros vetores para tentar suplantar a superioridade tecnológica norte-americana.

De um modo geral, o *FM 3-0* reflete as mudanças doutrinárias resultantes de uma nova perspectiva sobre as ameaças que o EEUA enfrentará no futuro, já descritas na publicação de fundamentos doutrinários *ADP 3-0*. A mudança mais significativa é a adoção dos papéis estratégicos do EEUA para

descrever como as suas forças contribuem para as operações conjuntas, dentro da doutrina *Unified Action*. Além disso, são apresentadas as seguintes inovações:

- adiciona a consolidação dos ganhos como um papel estratégico do Exército;

- modifica a divisão do espaço geográfico dentro do Teatro de Operações (TO)/ Área de Operações (A Op), adicionando uma Área de Consolidação (A Csld) ao contexto operacional que já incluía: uma área de apoio logístico (A Ap Log), uma área de combate em profundidade e uma área de combate aproximado;

- introduz os aspectos temporais, físicos, cognitivos e virtuais da estrutura operacional no contexto de um ambiente multidomínio;

- enfatiza a importância da preparação e do treinamento para o combate em grande escala em todas as funções de combate;

- reconhece a importância das operações de não guerra na prevenção de conflitos armados em larga escala;

- destaca a necessidade de ações em profundidade contra inimigos que empregam abordagens operacionais antiacesso e de negação de área para obter e explorar posições de vantagem relativa;

- ressalta o valor das operações para a consolidação dos ganhos a fim de manter posições de vantagem relativa e alcançar os estados finais desejados; e

- estabelece um posto de comando (PC) da A Ap Log para os escalões corpo de exército (C Ex) e divisão de exército (DE).

Campo de Batalha em Múltiplos Domínios (*Multi-domain Battlefield*)

Para ganhar batalhas no nível tático é necessário ter uma compreensão precisa dos objetivos estratégicos. Também é necessária uma apreciação clara de que toda batalha em operações de guerra é abrangente no tempo e no espaço e em outros múltiplos domínios.

Todos os domínios serão empregados para obter vantagens durante as operações militares de guerra ou não guerra e o comando operacional não terá condições

de resolver os problemas táticos da Força Terrestre nesses múltiplos domínios, em todos os ambientes operacionais.

O EEUA deve ser capaz de executar operações em múltiplos domínios, o que inclui o terrestre, aéreo, marítimo, espacial, cibernético e informacional. Todas as suas operações e batalhas são e serão em múltiplos domínios. Essas operações das tropas convencionais incluem as aeroterrestres, aerotransportadas, aeromóveis, ribeirinhas, vigilância, reconhecimento, antiaérea, antimíssil, fogos de artilharia e mísseis, guerra eletrônica, cibernética, dissimulação militar, de informação, de apoio às informações, posicionamento e sincronização de meios espaciais, imageamento (capacidade de obtenção e de análise de imagens), e de inteligência aérea (utilização de sistemas aéreos remotamente pilotados). Dessa forma, quando essas operações são executadas em grande escala, implicam riscos operacionais significativos, demandando sincronização, convergência de recursos e elevado ritmo operacional.

Forças do Exército podem ser requeridas para realizar operações em múltiplos domínios para proporcionar liberdade de ação para outros membros da força conjunta. Exemplos dessas operações incluem neutralizar as defesas antiaéreas integradas do inimigo ou sistemas de fogos de superfície a superfície de longo alcance, negando o acesso do inimigo a uma área operacional ou a áreas comuns, rompendo o sistema de comando e controle do inimigo, protegendo redes amigas, realizando operações de dissimulação ou interrompendo a capacidade do inimigo de conduzir a guerra de informações.

Os C Ex e as DE são os menores

escalões que tipicamente podem planejar e sincronizar recursos em múltiplos domínios durante operações de combate em larga escala.

Operações para a Consolidação dos Ganhos *(Operations to Consolidate Gains)*

As operações do EEUA para consolidar os ganhos incluem todas as atividades para tornar permanente o sucesso operacional temporário e estabelecer as condições para um ambiente estável e sustentável, permitindo uma transição do controle para autoridades civis legítimas.

A consolidação dos ganhos, parte integral e contínua do conflito armado, necessita ser executada com sucesso em toda a extensão das operações militares. As forças do EEUA devem planejar, deliberadamente, e consolidar ganhos durante todas as fases de uma operação. As atividades de consolidação rápida e efetiva aproveitam o êxito e permitem a obtenção de resultados favoráveis e duradouros, no menor intervalo de tempo, enquanto outras operações estão em andamento.

As forças do EEUA conduzem essas atividades juntamente com as demais forças singulares e outros órgãos parceiros na *Unified Action*. Em alguns casos, as forças do EEUA receberão encargos sobre as atividades de sincronização das operações para consolidação dos ganhos. Em outras situações, apoiarão as ações conduzidas por outros elementos. As características expedicionárias das forças do EEUA dão-lhe capacidades únicas para realizar tarefas de estabilização por um período prolongado de tempo, em grandes áreas terrestres.

Após a conclusão das operações de

O manual traz um retorno ao foco em operações de combate de larga escala, contrapondo-se à doutrina de contrainsurgência, anteriormente vigente. Com essa visão, aborda principalmente os escalões acima da brigada, bem como faz ressurgir capacidades que tinham sido atrofiadas nas campanhas da "Guerra contra o Terrorismo".

combate, a consolidação dos ganhos torna-se o foco principal das operações. As operações do EEUA para consolidação dos ganhos correspondem às fases de estabilização e empoderamento de autoridade civil de uma operação na doutrina conjunta norte-americana *Unified Action*.

Cabe ressaltar que as operações para consolidação dos ganhos não correspondem à fase de consolidação executadas por tropas após a conquista de uma posição no terreno, como parte de um ataque coordenado.

As operações para consolidação dos ganhos consistem na realização das seguintes tarefas:

- **consolidação e reorganização das forças amigas:** em que as forças se reorganizam, fortalecem fisicamente as suas recém-conquistadas posições e preparam-se para futuras operações;

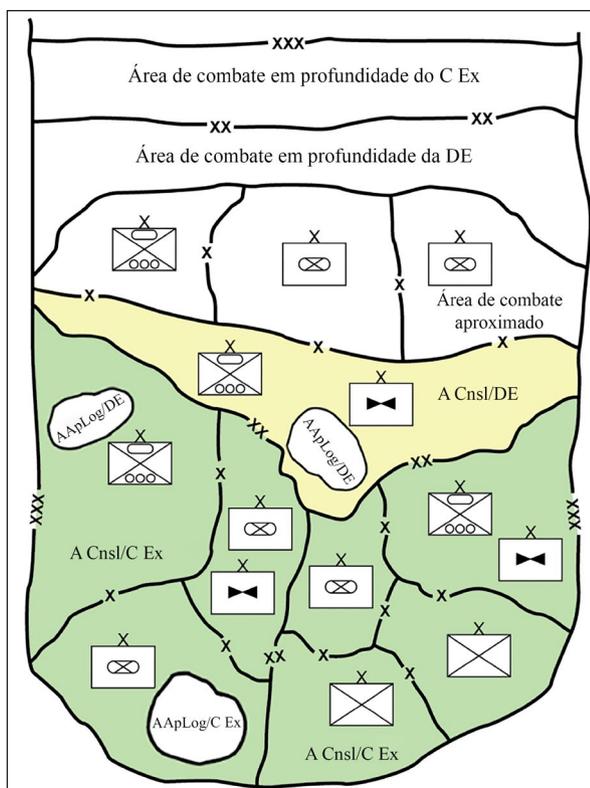
- **segurança da área:** em que as forças realizam tarefas de segurança para derrotar inimigos remanescentes e proteger forças amigas, rotas, infraestrutura crítica, populações e ações dentro de uma A Op atribuída;

- **ações de estabilização:** em que as forças realizam inicialmente ações de estabilização mínimas essenciais e, em seguida, fornecem serviços governamentais essenciais, reconstrução emergencial da infraestrutura e ajuda humanitária;

- **domínio do público local e regional:** os comandantes fazem conferências para públicos específicos em que são apresentados, honestamente, os planos futuros para aquela população, a fim de evitar interferências ou resistências e, finalmente, conquistar o apoio para as operações; e

- **segurança contra ameaças externas:** em que os comandantes asseguram que seja empregado o poder de combate suficiente para prevenir a intervenção física de ameaças em vários domínios e no ambiente informacional.

Área de Consolidação (Consolidation Area)



Operação de consolidação de ganhos, após uma operação de combate em larga escala.

(esquema de manobra – Fig 8-4 do FM 3-0)

As operações de consolidação de ganhos são realizadas nas porções da A Op onde já não ocorrem operações de combate em larga escala. As dimensões das A Cnsl aumentam continuamente, assim como o escalão de comando responsável por elas, e podem ou não abranger as A Ap Log do escalão considerado. A DE que está em contato com o inimigo estabeleceu uma A Cnsl correspondente a toda a sua A Rg, incluindo a A Ap Log, e atribuiu a missão de consolidação de ganhos a uma brigada *striker* (Inf Mec). O C Ex estabeleceu duas A Cnsl e atribuiu a missão de consolidação de ganhos a duas DE.

A Área de Consolidação (A Cnsl) é a parte da Área de Operações (A Op) de um grande comando estabelecida para facilitar as missões de segurança e as tarefas de estabilização necessárias para proporcionar liberdade de ação na área de operações aproximada e para permitir a condução das operações de consolidação dos ganhos.

O inimigo pode se misturar às forças amigas ou ser ultrapassado, o que requer que as unidades de acompanhamento e de apoio se protejam e que tropas sejam empenhadas para garantir a A Cnsl. Particularmente na ofensiva, à medida que as forças amigas

conquistam o terreno, os comandantes de C Ex e DE podem estabelecer uma A Cslid para explorar o sucesso tático, ao mesmo tempo em que permitem a liberdade de ação para as forças que operam em outras áreas.

Quando estabelecida, uma A Cslid responde a uma porção da A Op atribuída a um elemento de manobra, normalmente no escalão brigada, que se estende desde o limite da área do escalão superior até o limite da área de operações aproximada da força, onde já está estabelecido um adequado nível de controle e cessaram as operações de combate. A A Cslid não precisa necessariamente incluir a A Ap Log, mas geralmente o faz.

Para realizar missões de segurança e estabilização da área, empregar fogos, limpar possíveis armadilhas deixadas pelo inimigo e controlar o espaço aéreo há a necessidade de uma grande unidade de armas combinadas e organizadas por tarefas. Isso libera as unidades que realizam operações de combate na área aproximada e permite que o escalão superior se concentre nas operações de combate aproximadas e profundas, bem como no planejamento de operações futuras.

Os objetivos principais do estabelecimento da A Cslid são dois: reduzir os encargos de segurança das unidades logísticas na A Ap Log, liberando essas unidades de tarefas de eliminar forças inimigas remanescentes; e permitir uma exploração imediata dos sucessos táticos obtidos com as operações de combate, contribuindo para a consecução dos objetivos políticos e estratégicos da campanha global.

O estabelecimento da A Cslid visa à destruição ou neutralização das capacidades das forças inimigas remanescentes para ameaçar as forças amigas. Os comandantes utilizam a A Cslid para manter a iniciativa e garantir que o inimigo não seja capaz de constituir uma resistência organizada quando as operações de combate estiverem concluídas.

PC/A Ap Log (Support Area Command Post)

Normalmente, os comandantes de C Ex e DE atribuem a responsabilidade pela A Ap Log ao comandante de uma brigada de multiplicadores do poder de combate (*Maneuver Enhancement Brigade, MEB*), que enquadra os meios de engenharia, polícia do exército, DOBRN e apoio administrativo ao PC. No entanto, dependendo da situação, do tipo de ameaça, do tamanho da A Ap Log, do número de unidades desdobradas dentro da área de apoio e do número de áreas de consolidação estabelecidas, os comandantes de C Ex e DE podem estabelecer um PC/A Ap Log (*SACP*, na sigla em inglês)

para auxiliar no controle das operações. Cabe ressaltar que o *FM 3-0* concebe esse tipo de PC apenas nesses dois escalões.

O *SACP* permite que os comandantes de C Ex e DE exerçam eficaz comando e controle sobre elementos distintos, com missões diferenciadas, que operam dentro das A Cslid ou executam atividades de Ap Log e que podem exceder a capacidade de controle das *MEB* ou dos PC de C Ex e DE.

O *SACP* não é uma estrutura organizacional separada, com um quadro de distribuição de pessoal e material distinto. Os comandantes estruturam um *SACP*

O *FM 3-0*, em sua nova edição, apresenta uma importante mudança na forma de combater do EEUA, inserindo-se em uma transformação doutrinária visando a se adaptar ao ambiente operacional moderno, às guerras do futuro e ao surgimento de novas ameaças contra os interesses nacionais do povo americano.

usando os equipamentos e o pessoal dos PC principais e táticos. O *SACP* normalmente é localizado junto ao PC de uma *MEB*, que fornece ao *SACP* conectividade de sinal, apoio logístico, segurança e instalações.

O *SACP* executa as seguintes atividades em benefício do comando:

- planejamento e controle do apoio logístico;
- gerenciamento do terreno;
- controle de movimentos; e
- segurança de área.

Quando reforçado pela equipe do *MEB*, o *SACP* pode ainda:

- planejar e controlar operações de armas combinadas com unidades sob o controle do C Ex e DE;
- gerenciar o espaço aéreo; e
- realizar o controle de danos provocados por forças inimigas ou catástrofes naturais.

Normalmente, o *SACP* é comandado por um dos *brigadier general* (general de uma estrela no EEUA) que auxiliam o *lieutenant general* (general de três estrelas no EEUA) comandante do C Ex, ou o *major general* (general de duas estrelas no EEUA) comandante da DE. Convém destacar que na estrutura do EEUA existem dois ou mais *brigadier general*, que desempenham a função de comandantes adjuntos (*deputy general commander*).

CONCLUSÃO

O *FM 3-0*, em sua nova edição, apresenta uma importante mudança na forma de combater do EEUA, inserindo-se em uma transformação doutrinária e visando a adaptação ao ambiente operacional moderno, às guerras do futuro e ao surgimento de novas ameaças contra os interesses nacionais do povo americano.

Como já mencionado, levará algum tempo para que os conceitos introduzidos por essa nova doutrina sejam completamente incorporados à cultura militar norte-americana. Entretanto, há um intenso programa de assimilação sendo conduzido, de maneira holística, desde os estabelecimentos de ensino até os centros de treinamento das tropas, em todos os níveis.

Na realidade, a grande modificação refere-se ao retorno da ênfase em combates de larga escala, conduzidos taticamente por C Ex e por DE. Esses combates foram relegados a um segundo plano ou até mesmo deixaram de ser realizados, sob uma ótica de emprego contra forças insurgentes que caracterizaram as guerras travadas pelas forças terrestres norte-americanas na última década, no Oriente Médio e na Ásia.

É obvio que alguns dos novos conceitos emergiram da experiência adquirida nesses combates, outros foram decorrentes das mudanças tecnológicas advindas do cenário mundial. É necessário, sobretudo, que seja destacada a importância dada ao caráter multidomínio do ambiente operacional dos conflitos do futuro e de como as forças amigas serão integradas ao esforço para obter vantagens táticas, operacionais e estratégicas nesses múltiplos domínios em que serão travadas as batalhas.

Os novos conceitos introduzidos pelo *FM 3-0*, bem como aqueles recuperados de um breve período de desuso, merecem ser analisados pelos exércitos das demais nações, sejam as que enfrentem ameaças semelhantes ou não. Parafraseando Otto von Bismarck: aprender com as experiências de terceiros é a maneira mais sábia de se preparar para enfrentar problemas ou situações similares.

REFERÊNCIAS

- DEPARTMENT OF THE ARMY. Army Doctrine Publication Nr 1-01. **Doctrine Primer**. Washington, DC, 2014.
- DEPARTMENT OF THE ARMY. Army Doctrine Publication Nr 3-0. **Unified Land Operations**. Washington, DC, 2011.
- DEPARTMENT OF THE ARMY. Army Doctrine Reference Publication Nr 3-0. **Unified Land Operations**. Washington, DC, 2012.
- DEPARTMENT OF THE ARMY. Field Manual 3-0. **Operations**. Washington, DC, 2017

